



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

## AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

## SUMÁRIO

Ministério do Interior:

**Diploma Ministerial n.º 50/2012:**

Concede a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a Rajesh Prabhaskar.

Ministério da Agricultura:

**Diploma Ministerial n.º 51/2012:**

Autoriza por um período de quatro anos, o registo provisório, junto do Sub-Comité do Registo e Libertação de Variedades, de novas variedades de sementes submetidas a ensaios de adaptabilidade em Moçambique, no mínimo em duas campanhas agrícolas.

Ministério das Pescas:

**Diploma Ministerial n.º 52/2012:**

Aprova o Estatuto Tipo da Delegação Provincial da ADNAP.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

**Diploma Ministerial n.º 50/2012**

de 2 de Maio

O Ministro do Interior, verificando ter sido dado cumprimento ao disposto no artigo 14 do Decreto n.º 3/75, de 16 de Agosto, no uso da faculdade que lhe é concedida pelo artigo 12 da Lei da Nacionalidade, determina:

É concedida a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a Rajesh Prabhaskar, nascido a 9 de Junho de 1976, em Índia.

Ministério do Interior, em Maputo, 19 de Março de 2012.—  
O Ministro do Interior, *Alberto Ricardo Mondlane*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

**Diploma Ministerial n.º 51/2012**

de 2 de Maio

O Regulamento sobre a Produção, Comércio, Controlo de Qualidade e Certificação de Sementes, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 184/2001, definiu, nos seus artigos 2 a 4, as normas para a introdução e difusão de novas variedades de sementes, que incluem a realização de ensaios comparativos pré-libertação em pelo menos dois anos.

Tornando-se necessário disponibilizar semente de boa qualidade aos produtores a curto prazo, o Ministro da Agricultura determina:

Artigo 1. É autorizado, por um período de quatro anos, o registo provisório, junto do Sub-Comité do Registo e Libertação de Variedades, de novas variedades de sementes, submetidas a ensaios de adaptabilidade em Moçambique, no mínimo em duas campanhas agrícolas.

Art. 2. A Entidade responsável pelo registo de variedades e o proponente realizarão, respectivamente, nas duas campanhas agrícolas seguintes, os ensaios Distinção, Uniformidade e Estabilidade (DUS) e Valor Cultural ou Agronómico (VCU).

Art. 3. No final das duas campanhas de ensaios, o proponente apresentará o relatório técnico de ensaios VCU à entidade responsável pelo registo de variedades, que o agregará ao relatório de ensaios DUS, e os submeterá ao Sub-Comité referido no artigo 2 do presente Diploma Ministerial, após o que serão seguidas as normas definidas no citado Regulamento.

Art. 4. A Entidade responsável pelo registo de variedades determinará os requisitos e procedimentos para efeito do registo provisório.

Art. 5. Mantêm-se em vigor as demais normas do referido Regulamento.

Ministério da Agricultura, em Maputo, de Fevereiro de 2011.  
— O Ministro da Agricultura, *José Conduaga António Pacheco*.

## MINISTÉRIO DAS PESCAS

**Diploma Ministerial n.º 52/2012**

de 2 de Maio

Por Decreto n.º 4/2010, de 8 de Março, foi criada a Administração Nacional das Pescas, abreviadamente designada por ADNAP, sendo que, posteriormente, seguiu-se a institucionalização, por

Diploma Ministerial n.º 301/2011, de 30 de Dezembro, das suas Delegações Provinciais nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete, Manica, Zambézia, Cabo Delgado, Nampula e Niassa.

Tornando-se necessário definir as funções e a estrutura da Delegação Provincial da ADNAP, para melhor prossecução efectiva dos seus objectivos e atribuições ao nível local, ao abrigo do disposto no Despacho Presidencial n.º 113/2010, de 15 de Janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 8 do Decreto n.º 4/81, de 10 de Junho, determino:

Artigo 1. É aprovado o Estatuto-Tipo da Delegação Provincial da ADNAP, anexo ao presente Diploma Ministerial, do qual faz parte integrante.

Art. 2. As dúvidas que o conteúdo do presente Diploma Ministerial suscitar na sua interpretação serão sanadas por Diploma Ministerial do Ministro que superintende o sector das pescas.

Art. 3. O presente Diploma Ministerial entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério das Pescas, em Maputo, 22 de Março de 2012.  
— O Ministro das Pescas, *Victor Manuel Borges*.

## **Estatuto-Tipo da Delegação Provincial da Administração Nacional das Pescas (ADNAP)**

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **ARTIGO 1**

##### **(Natureza)**

1. A Delegação Provincial é a representação da Administração Nacional das Pescas (ADNAP), a quem se subordina, sem prejuízo de articulação e cooperação com o Governador e o Governo provincial, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 36 do Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado, aprovado pelo Decreto n.º 11/2005, de 10 de Junho.

2. A Delegação Provincial garante, ao nível da província, a prossecução efectiva dos objectivos e atribuições da ADNAP definidos no seu Estatuto Orgânico.

##### **ARTIGO 2**

##### **(Áreas de actividade)**

A Delegação Provincial da ADNAP desenvolve as suas actividades nas seguintes áreas de trabalho:

- a) Gestão das pescarias;
- b) Monitorização da pescas.

##### **ARTIGO 3**

##### **(Funções)**

São funções da Delegação Provincial:

- a) Elaborar e submeter à aprovação, a nível local, os planos de actividade e orçamento da Delegação Provincial, em coordenação com a ADNAP-sede;
- b) Assegurar a implementação e monitorização do plano de actividades e orçamento, a nível local;
- c) Realizar programas técnico-científicos, em coordenação com as diferentes áreas da ADNAP e outras instituições;
- d) Garantir a implementação das medidas de gestão das pescarias;

- e) Recolher, sistematizar, conservar e divulgar a documentação relativa à gestão e monitorização da pesca;
- f) Assegurar o processo de recolha e análise dos dados de captura das pescarias em exploração;
- g) Garantir o licenciamento da actividade da pesca e sua monitorização;
- h) Promover e assegurar o funcionamento da gestão participativa das pescarias;
- i) Garantir a gestão das pescarias e sua monitorização nas aéreas de conservação e preservação;
- j) Coordenar as actividades do seu domínio e outras com a ADNAP-sede;
- k) Garantir, em geral, a prossecução dos objectivos e atribuições da ADNAP a nível local.

### **CAPÍTULO II**

#### **Sistema Orgânico**

##### **ARTIGO 4**

##### **(Estrutura)**

A Delegação Provincial da ADNAP tem a seguinte estrutura:

- a) Direcção;
- b) Repartição de Gestão das Pescarias e Monitorização da Pesca;
- c) Repartição de Planificação e Estatística;
- d) Repartição de Administração e Finanças e Recursos Humanos.

##### **ARTIGO 5**

##### **(Direcção)**

1. A Delegação Provincial é dirigida por um Delegado Provincial, nomeado pelo Director-Geral da ADNAP.

2. No exercício das suas funções, o Delegado Provincial subordina-se ao Director-Geral da ADNAP, sem prejuízo da articulação e cooperação com os órgãos do Governo e entidades locais.

3. Os Chefes de Repartição são nomeados pelo Delegado Provincial, ouvido o Director-Geral da ADNAP.

##### **ARTIGO 6**

##### **(Delegado Provincial)**

Compete ao Delegado Provincial:

- a) Dirigir técnica e administrativamente a Delegação Provincial e coordenar as suas actividades;
- b) Assegurar a execução de instrumentos programáticos no domínio da administração pesqueira ao nível provincial;
- c) Submeter à aprovação as propostas de planos de actividade e orçamento da Delegação Provincial;
- d) Garantir e controlar a arrecadação de receitas e a realização das despesas orçamentadas para o funcionamento da Delegação Provincial;
- e) Prestar informações periódicas à ADNAP-sede e ao Governo Provincial sobre as actividades desenvolvidas na província e prestar contas no âmbito da gestão financeira;

- f) Assegurar e estabelecer a ligação e cooperação com outras instituições envolvidas directa ou indirectamente em actividades pesqueiras;
- g) Convocar e dirigir as reuniões dos colectivos da Delegação Provincial;
- h) Garantir a gestão correcta dos recursos humanos, em conformidade com o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado;
- i) Propor ao Director-Geral da ADNAP a constituição e a cessação da relação de trabalho;
- j) Exercer acção disciplinar sobre o pessoal da Delegação Provincial;
- k) Propor e autorizar as deslocações em missão de serviço do pessoal afecto à Delegação Provincial;
- l) Elaborar os procedimentos internos e submetê-los à aprovação da entidade competente;
- m) Coordenar a elaboração de relatórios das actividades e submetê-lo à aprovação das entidades competentes;
- n) Garantir e coordenar a tramitação dos processos de pedido de licenças de pesca semi-industrial, recreativa e desportiva até à sua emissão;
- o) Assegurar a cobrança das taxas de licença de pesca, do imposto de selo e outras, nos períodos estabelecidos por lei e garantir o seu encaminhamento às entidades competentes;
- p) Assegurar a recolha, pré-análise e encaminhamento à ADNAP dos dados de captura;
- q) Assegurar a emissão de pareceres sobre projectos de pesca, pedidos de construção, aquisição e modificação de embarcações de pesca semi-industrial ou de outros assuntos;
- r) Garantir assistência aos Governos Distritais no processo de licenciamento da pesca artesanal;
- s) Elaborar e submeter à ADNAP propostas de melhoramento dos procedimentos administrativos.

### CAPÍTULO III

#### Funções das Unidades Orgânicas

##### ARTIGO 7

#### (Repartição de Gestão das Pescarias e Monitorização da Pesca)

A Repartição de Gestão das Pescarias e Monitorização da Pesca exerce as seguintes funções:

##### No domínio de Gestão das Pescarias

- a) Avaliar o grau de execução das medidas de gestão adoptadas e propor as alterações que se mostrarem necessárias;
- b) Acompanhar o estado de exploração das pescarias, incluindo a captura, o esforço de pesca e o rendimento médio diário;
- c) Pronunciar-se sobre os pedidos de utilização das artes de pesca e das embarcações de pesca a empregar nas diferentes pescarias;
- d) Analisar os projectos de investimentos da pesca, pesca experimental e outros relacionados e acompanhar sua execução;
- e) Participar no processo de declaração de áreas de conservação e preservação dos recursos pesqueiros e emitir pareceres;

- f) Promover a gestão participativa das pescarias que implique a participação efectiva das comunidades e outros intervenientes;
- g) Analisar os processos de pedidos de licença de pesca no que se refere aos recursos, áreas de pesca e outros aspectos que afectem a gestão das pescarias;
- h) Fazer o acompanhamento das acções de extensão pesqueira, de prospecção, de pesca experimental e participação nos processos relativos às áreas de conservação.

##### No domínio da Monitorização da Pesca

- i) Monitorar e assegurar a utilização responsável dos recursos pesqueiros das águas marítimas e interiores, incluindo as das áreas de conservação e preservação;
- j) Tramitar o processo de licenciamento para o exercício da pesca e assegurar os mecanismos de cobrança das respectivas taxas;
- k) Organizar e manter operacional um sistema de informação estatística, incluindo mecanismos adequados para a respectiva análise e disseminação;
- l) Emitir parecer sobre pedidos de construção, aquisição e modificação de embarcações de pesca;
- m) Manter actualizado o registo das empresas, dos operadores de pesca, das embarcações de pesca e das artes de pesca;
- n) Processar e manter actualizadas as estatísticas relativas à actividade de pesca, incluindo as das embarcações de pesca, das artes de pesca licenciadas e das descargas;
- o) Acompanhar periodicamente o nível de realização das quotas de pesca distribuídas, quando aplicável;
- p) Promover a participação das comunidades pesqueiras na planificação e na aplicação das medidas de ordenamento pesqueiro;
- q) Garantir a implementação do sistema de observadores a bordo;
- r) Analisar os pedidos e proceder à emissão de certificados de legalidade de capturas em coordenação com a ADNAP.

##### ARTIGO 8

#### (Repartição de Planificação e Estatística)

A Repartição de Planificação e Estatística exerce as seguintes funções:

##### No domínio da Planificação

- a) Preparar os planos e orçamentos anuais da Delegação Provincial;
- b) Zelar pela planificação estratégica das actividades de licenciamento da pesca;
- c) Monitorar o grau de execução do plano de actividades e outros indicadores, e propor a aplicação de medidas correctivas, se necessário;
- d) Estabelecer o fluxo de circulação de informação relativa às actividades da Delegação Provincial;
- e) Coordenar o processo de preparação, execução e controlo dos planos e programas anuais e submetê-los à aprovação do Delegado Provincial;
- f) Realizar periodicamente a avaliação da execução dos planos anuais, coordenar a elaboração de relatórios e balanços das actividades e submetê-los à aprovação;

- g) Assegurar a divulgação e aplicação das metodologias de planificação e de controlo do plano emanadas dos órgãos competentes e emitir as normas metodológicas específicas.

#### No domínio das Estatísticas

- h) Emitir normas metodológicas de recolha e processamento de dados estatísticos das principais actividades e assegurar a sua aplicação;
- i) Assegurar o controlo de qualidade da informação estatística produzida;
- j) Executar as demais ordens e determinações legais da Delegação Provincial.

#### ARTIGO 9

#### (Repartição de Administração e Finanças e Recursos Humanos)

A Repartição de Administração e Finanças e Recursos Humanos exerce as seguintes funções:

#### No domínio de Administração e Finanças

- a) Elaborar propostas de planos trimestrais e anuais de actividades e orçamento e assegurar a execução dos orçamentos aprovados;
- b) Prestar informação regular sobre a execução financeira do orçamento;
- c) Escrever os livros obrigatórios de contabilidade e elaborar os processos de prestação de contas;
- d) Gerir os bens patrimoniais da Delegação Provincial e assegurar o cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos no Regulamento do Património do Estado;
- e) Proceder ao registo do património e mantê-lo actualizado;
- f) Observar as regras e formalidades estabelecidas no Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado;
- g) Gerir os bens móveis e imóveis, da Delegação Provincial, sujeitos a registo;
- h) Elaborar balanços periódicos da receita;
- i) Elaborar os processos relativos à conta de gerência e submetê-los ao Tribunal Administrativo;
- j) Velar pela eficiente expedição e recepção da correspondência recebida na Secretaria;
- k) Proceder à liquidação e pagamento das despesas inerentes ao funcionamento da Delegação Provincial;
- l) Registar a informação referente à receita e remetê-la à entidade competente;
- m) Assegurar o processamento e pagamento de remunerações e abonos do pessoal da Delegação Provincial;
- n) Realizar outras funções inerentes que lhe sejam atribuídas;

#### No domínio dos Recursos Humanos

- o) Dirigir, coordenar e controlar a gestão e administração dos Recursos Humanos de, acordo com as directrizes estabelecidas;
- p) Manter organizada e actualizada toda informação relativa ao pessoal;
- q) Propor a nomeação, promoção, progressão, formação, cessação e demissão do pessoal afecto à Delegação Provincial;

- r) Garantir a execução de outras tarefas inerentes à administração da Delegação Provincial.

### CAPÍTULO IV

#### Colectivos da Delegação Provincial

#### ARTIGO 10

##### (Colectivos)

Em cada Delegação Provincial da ADNAP funcionam os seguintes Colectivos:

- a) Colectivo de Direcção;
- b) Colectivo Técnico.

#### SECÇÃO I

##### Colectivo de Direcção

#### ARTIGO 11

##### (Natureza e composição)

1. O Colectivo de Direcção é um órgão de consulta e apoio na programação, organização e análise do funcionamento da Delegação Provincial.
2. O Colectivo de Direcção tem a seguinte composição:
  - a) Delegado Provincial, que o preside;
  - b) Chefes de Repartição.

#### ARTIGO 12

##### (Funcionamento)

1. O Colectivo de Direcção reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo Delegado Provincial.
2. Quando circunstâncias especiais relacionadas com a actividade da instituição o requeiram, as sessões do Colectivo de Direcção podem ser alargadas a outros quadros e instituições a convite do Delegado Provincial.

#### ARTIGO 13

##### (Competências)

Compete ao Colectivo de Direcção:

- a) Avaliar o grau de implementação dos programas ou projectos na Província;
- b) Propor, à ADNAP, as alterações julgadas necessárias às estratégias de intervenção no que respeita à gestão das pescarias e monitorização da pesca;
- c) Analisar, propor e dar parecer sobre as actividades de preparação, execução e controlo de planos de actividades da Província;
- d) Fazer o balanço periódico das actividades da Delegação Provincial.

#### SECÇÃO II

##### Colectivo Técnico

#### ARTIGO 14

##### (Natureza e composição)

1. O Colectivo Técnico é o órgão de consulta do Delegado Provincial que analisa e dá parecer sobre questões de carácter técnico relativas às actividades e processos de trabalho.
2. O Colectivo Técnico é presidido pelo Delegado Provincial e é composto por técnicos da Delegação Provincial, podendo o Delegado Provincial convidar técnicos de outras instituições, especialistas ou outros quadros em função da agenda.

## ARTIGO 15

**(Funções)**

Constituem funções do Colectivo Técnico:

- a) Apreciar o grau de execução dos planos de actividades da Delegação;
- b) Propor estratégias de implementação das acções constantes do plano de actividades;
- c) Discutir e estudar assuntos de carácter técnico e específico.

## ARTIGO 16

**(Funcionamento)**

O Colectivo Técnico reúne ordinariamente de quinze em quinze dias e, extraordinariamente, quando convocado pelo Delegado Provincial.

## CAPÍTULO IV

**Disposições Finais e Transitórias**

## ARTIGO 17

**(Pessoal)**

O pessoal da Delegação Provincial rege-se pelo Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado e demais legislação aplicável.

## ARTIGO 18

**(Regulamento Interno e Quadro de Pessoal)**

No prazo de sessenta dias, a contar a partir da data de publicação do presente Estatuto Tipo, a Delegação Provincial submete o seu Quadro de Pessoal e o Regulamento Interno à aprovação das entidades competentes.

Preço — 7,05 MT